



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 328/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1672/2015 (03 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sr. Márcio Lima Noronha, Secretário Municipal e Sr. Ramiz Wladimir Braga dos Santos Júnior, Subsecretário Municipal de Governo, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº 033/2015 (fls. 380/418).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3763/2015-MP-ELCM da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 420/423v).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV. Exercício de 2014.

Contas Irregulares com Ressalvas. Recomendação à SEMGOV. Quitação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- julgar regular com ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Governo-SEMGOV, exercício de 2014, sob a responsabilidade dos Srs. **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal e **Ramiz Wladimir Braga dos Santos Júnior**, Subsecretário de Governo, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar à Secretaria Municipal de Governo a apresentação de demonstrativos mais detalhados, acompanhados de notas explicativas quando necessárias ao melhor entendimento dos fatos administrativos;

9.3- Dar quitação aos Responsáveis, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Por maioria, deixou o Colegiado de acolher o voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, pela aplicação de multa ao responsável por descumprimento de Lei.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 328/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral